

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 13/10/2020

<i>Relação dos Membros dos Plenários – Presentes</i>	
<i>Entidade</i>	<i>Nome</i>
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
	Indiara Cardoso Guasti Jogas
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira
	Marco Antônio dos Santos
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
BIOSS	Sidney José da Rosa
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
Circuito Serras Verdes	Clodoaldo Antonio da Costa
CODEN	Ricardo Ongaro
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
	Jussara Cordeiro Santos
CREA/MG	Érika Albino de Souza Macedo Cruz
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
	Viviane Maria Beduschi de Arantes
IG	Sibele Ezaki
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IEF	Raquel Junqueira Costa
IGAM	Maria de Lourdes Amaral Nascimento
	Thiago Figueiredo Santana
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi
Mackenzie Campinas	João Carlos Gabriel
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo Barros do Prado
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteadó
P.M. de Amparo	Laura Petri Geraldino
P.M. de Atibaia	Saulo Pedroso de Souza (p/ Fabiane Cabral da Costa Santiago)
P.M. de Cabreúva	Henrique Martin (p/ Andréa Manami)
P.M. de Camanducaia	Raquel Junqueira Costa (p/ Ariane Cristine da Silva)
P.M. de Dois Córregos	Jefferson Cesar Padrin filho
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Hortolândia	Angelo Augusto Perugini (p/ Eliane Nascimento Nunes de Oliveira)
P.M. de Ipeúna	Márcio Antonio Gomes Ramos
P.M. de Jundiá	Maria das Graças Martini
P.M. de Limeira	Paulo Trigo Ferreira
P.M. de Louveira	Nicolau Finamore Júnior (p/ Márcio Rogério Cardozo)

P.M. de Itirapina	Alípio Marques Júnior
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Nova Odessa	Ricardo Ongaro
P.M. de Piracicaba	Barjas Negri (p/ José Rubens Françoso)
P.M. de Saltinho	Ariella Machado de Oliveira Montebello
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
SAA	Denis Herisson da Silva
SABESP	Antônio Carlos Teixeira
	Maurício Polezi
Secretaria de Educação	Fábio Augusto Negreiros
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
Secretaria de Logística e Transportes	Augusto Olavo Leite
Secretária de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria da Fazenda e Planejamento	Luiz Henrique Martins Moreira
Secretaria de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	Luiz Roberto Moretti
	André Luiz Sanchez Navarro
SNSH/MDR	Celina Xavier Mendonça
	Roseli Santos Souza
SIFAESP	Gilson Camargo da Silva
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
UNICA	André Elia Neto
<i>Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada</i>	
<i>Entidade</i>	<i>Nome</i>
AEJ	Luiz Carlos Piccione
BRK Ambiental	Pamella Cavalli Rodrigues
DAEE	Sebastião Vainer Bosquilia
Secretaria de Des. Regional	Gabriel Chamma Junior

Aos treze dias do mês de outubro de 2020, por meio de videoconferência, foi realizada a 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 5 93 (noventa e três) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos e dos Governos dos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima, e público em 10 geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no chat da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura:** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem 15 eletrônica em 02/10/2020. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na 20 sequência, o Sr. Moretti informou sobre os procedimentos para a realização da reunião por videoconferência e que a

Ata da 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 13/10/2020

mesma seria gravada para posterior elaboração da ata. O Sr. Moretti explicou que o motivo principal para a realização desta reunião foi a necessidade de eleger e dar posse para o 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, em decorrência da eleição e posse da nova diretoria do CBH-PJ1, ocorrida em 30/09/2020. Em seguida, o Sr. Moretti passou a palavra ao Sr. Sidney José da Rosa, Presidente do CBH-PJ1, que cumprimentou a todos e desejou um excelente trabalho. Na sequência, o Sr. Marco Antonio dos Santos, Presidente em exercício do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, cumprimentou a todos e informou que a região das Bacias PCJ vem passando por um período crítico quanto à disponibilidade hídrica em decorrência da estiagem severa, que tem ocasionando problemas de abastecimento público em vários municípios das Bacias PCJ, destacando, nesse cenário, a importância da atuação dos Comitês PCJ. Em seguida, com a autorização dos presidentes, o Sr. Moretti passou a conduzir os trabalhos. **2. Informes: 2.1. da Diretoria dos Comitês PCJ:** O Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, secretário-executivo adjunto do CBH-PCJ e coordenador da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB), para a realização dos informes da Diretoria dos Comitês PCJ. O Sr. André informou que: **a)** a Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) dos Comitês PCJ realizou, em 17/09/2020, o 5º Seminário da CT-SA, com o tema “Universalização do saneamento em tempos de pandemia”. O evento foi realizado por meio de videoconferência e contou com transmissão simultânea pelo *YouTube*. O objetivo principal foi promover o debate sobre como a universalização do saneamento básico pode influenciar no combate à pandemia da COVID-19 e na melhoria da qualidade de vida da população, considerando também a discussão sobre a aprovação recente do Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020). **b)** As Câmaras Técnicas de Outorgas e Licenças (CT-OL) e de Educação Ambiental (CT-EA) realizaram, em 23/09/2020, *webinar* intitulado “Conversando sobre o Rio Jundiá, como estamos e o que podemos alcançar juntos”. O objetivo principal foi discutir sobre o passado, o presente e o futuro do Rio Jundiá, o único rio das Bacias PCJ com trechos que passaram por alteração de classe, da classe 4 (quatro) para a classe 3 (três); **c)** em 30/09/2020, foi realizado o *webinar* intitulado “Como sensibilizar sobre a Problemática da Água no Meio Rural?”, promovido em conjunto pelas Câmaras Técnicas de Educação Ambiental (CT-EA), Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), com o objetivo principal de apresentar experiências de programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), serviços ecossistêmicos e outras iniciativas orientadas à preservação e proteção dos mananciais na área rural das Bacias PCJ. Por fim, o Sr. André parabenizou a todos pela realização dos eventos, que proporcionaram importantes discussões aos participantes. **d)** em 21/10/2020, será promovido, pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), *webinar* de lançamento do “Guia Prático Para o Desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água”, com o objetivo principal de fornecer aos responsáveis pelos sistemas de abastecimento de água

diretrizes gerais para a elaboração, implantação, manutenção e verificação de Planos Municipais de Segurança da Água, a fim de garantir que a água distribuída não ofereça risco à saúde pública, apresentando padrões de qualidade uniformes e de acordo com as exigências da legislação. O Sr. André ressaltou que o “Guia Prático Para o Desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança da Água” é um produto contratado pela Fundação Agência das Bacias PCJ e desenvolvido em conjunto com a CT-SAM, e que foi objeto de apreciação e aprovação na 20ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), conforme Deliberação dos Comitês PCJ nº 335/20, de 31/08/2020; **e)** alguns membros das coordenações de Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ estão participando de cursos de capacitação ofertados pelo Programa Capacita SGRH (Programa Permanente de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos), da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), que objetiva a oferta de cursos aos técnicos e demais atores do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), em decorrência das metas previstas no Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Estão sendo oferecidos 6 (seis) cursos, ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), por meio de ensino a distância (EaD). Em todos, há 1 (um) indicado pelos Comitês PCJ inscrito, sendo: (i) no curso “Ciclo de Saneamento: Tratamento de Águas e Efluentes”, a Srª. Dafne Côrrea da Silva, secretária da Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID), e representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção São Paulo (ABES-SP); (ii) no curso “Geoprocessamento como Ferramenta para Planejamento e Gestão Ambiental”, a Srª. Sibeles Ezaki, coordenadora da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS), e representante do Instituto Geológico (IG/SIMA); (iii) no curso “Administração de Conflitos”, a Srª. Cecília de Barros Aranha, coordenadora da Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL), e representante do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE); (iv) no curso “Comunicação Assertiva nas Organizações”, a Srª. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), e representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE); (v) no curso “Desenvolvimento de Instrutores”, a Srª. Raquel Eliana Metzner, coordenadora-adjunta da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB), e representante do Instituto de Proteção Sócio-Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C); (vi) no curso “MS Project 2016 - Ferramenta de Planejamento e Gestão de Projetos”, a Srª. Ariella Machado de Oliveira Montebello, coordenadora da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), e representante da Prefeitura Municipal de Saltinho/SP; **f)** foi realizado no mês de setembro o preenchimento de formulários *online* sobre o monitoramento das prioridades e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), referente ao ciclo 2016-2020, sob a responsabilidade dos comitês de bacias

Ata da 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 13/10/2020

hidrográficas, e enviados para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), conforme Resolução do CNRH nº 181, de 7 de dezembro de 2016; e) a CPFL Renováveis suspendeu o procedimento de alteração induzida do nível de água operacional do Reservatório de Salto Grande, em Americana/SP, que tinha como objetivo o manejo das macrófitas aquáticas. O procedimento foi objeto de manifestação dos Comitês PCJ por meio da Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 119/20, de 14/08/2020. Informaram que foi preciso suspender o procedimento, em decorrência da condição de baixa vazão do Rio Atibaia, provocada pela estiagem severa que vem ocorrendo nas Bacias PCJ, para a realização de ajustes técnicos que permitam a execução das atividades em harmonia com todos os usos da Bacia do Rio Atibaia, minimizando o efeito da baixa afluência, principalmente do sistema de captação de água localizado na região próxima ao remanso do reservatório; f) a Comissão de Acompanhamento de Contratos de Gestão e Termos de Parceria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (CACG/ANA), em seu Informe nº 14/2020, solicitou aos comitês de bacias hidrográficas que o encaminhamento de toda e qualquer documentação relacionada aos instrumentos de parceria (contratos de gestão e termos de colaboração) seja feito por meio de protocolo digital (e-protocolo) da ANA; g) a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) está recebendo contribuições, até 25/10/2020, na Consulta Pública nº 003/2020, que trata da Proposta de Agenda Regulatória para as normas de referência para o Saneamento Básico (Eixo 5). A proposta inclui 22 temas de normativos, incluindo normas de procedimentos e de referência relacionadas aos eixos de governança e regulação (técnica, contratual e econômica). Contribuições podem ser realizadas pelo link <https://participacao-social.ana.gov.br/Consulta/82>; h) a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em 05/10/2020, promoveu pela primeira vez uma reunião deliberativa de sua Diretoria Colegiada, na qual os 5 (cinco) diretores participantes decidem matérias envolvendo os interesses de agentes econômicos e usuários de recursos hídricos, com transmissão simultânea pelo seu canal no *YouTube*, prática que igualmente vem sendo adotado para as reuniões plenárias dos Comitês PCJ; i) A partir de 26/10/2020, estarão abertas as inscrições para a participação de usuários e de entidades representativas dos usuários de recursos hídricos e organizações civis no Processo Eleitoral do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, para o mandato 2021-2023. As inscrições se encerram em 29/12/2020. Mais informações estão disponíveis nos sítios eletrônicos dos Comitês PCJ e da Agência das Bacias PCJ; j) em 22/10/2020, será realizada a 54ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, com início às 9:30 horas, por videoconferência. A convocação e a pauta serão enviadas por mensagem eletrônica conforme prazo regimental. O Sr. André solicitou que os membros reservassem a data para participação; k) na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sidney José da Rosa, Presidente do CBH-PJ1, que informou sobre a realização, em 30/09/2020, da reunião de eleição e posse para mandato de dois anos da nova diretoria do CBH-PJ1, que passou a ser composta conforme segue: Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), como Presidente; Sr^a. Laene Fonseca Vilas Boas, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), como Vice-presidente; Sr. Damião Aparecido do Couto, representante da Prefeitura Municipal de Toledo, como Secretário-executivo, e Sr. Jefferson Benedito Rennó, representante da Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim, como Secretário-executivo adjunto. **2.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ:** Na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: a) a minuta do novo contrato de gestão a ser celebrado entre a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ para o período 2021-2025 será apreciada na 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL programada para ocorrer em 22/10/2020, por videoconferência. O Sr. Sergio ressaltou que o novo contrato de gestão vem sendo discutido e elaborado há vários meses, sendo acompanhado pelo Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG-PCJ), e que, face à necessidade do envio da minuta do contrato à ANA ainda em novembro, para procedimentos finais de apreciação e assinatura, não será possível submetê-la para apreciação e aprovação na próxima reunião plenária dos Comitês PCJ, programada para o mês de dezembro. Desse modo, será necessário que sua aprovação ocorra por meio de Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ, com posterior submissão aos plenários para referendo. O Sr. Sergio informou, também, que participará, ainda nesta data, de evento da Rede Internacional de Organismos de Bacias (RIOB), via videoconferência, com o objetivo de compartilhar experiências referentes ao aprimoramento dos instrumentos de gestão no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas. O Sr. Sérgio parabenizou a eleição e posse da nova Diretoria do CBH-PJ1 e passou a palavra para a Sr^a. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, diretora técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ; b) a Sr^a. Patrícia cumprimentou a todos e informou sobre a assinatura de 5 (cinco) contratos de transferência de recursos financeiros para Prefeituras Municipais, cujo objeto é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA-PCJ), referente ao Programa II da Política de Mananciais PCJ (PDC 4 - Proteção dos Corpos d'água). Os contratos assinados e os recursos financeiros repassados são: (i) Prefeitura Municipal de Jaguariúna/SP (Unidade Coordenadora de Execução – UCE), com repasse de R\$ 144.250,00 (cento e quarenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), sem contrapartida; (ii) Prefeitura Municipal de Jundiá/SP (Unidade Coordenadora de Execução – UCE – e Incentivo Econômico – IE, referente ao PSA aos produtores rurais), com repasse de R\$ 183.926,32 (cento e oitenta e três mil, novecentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos), com a contrapartida de R\$ 45.087,93 (quarenta e cinco mil, oitenta e sete reais e noventa e três centavos); (iii) Prefeitura Municipal de Limeira/SP (Incentivo Econômico

Ata da 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 13/10/2020

referente ao PSA aos produtores rurais), com repasse de R\$ 44.933,75 (quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos), e contrapartida de R\$ 38.751,69 (trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais e sessenta e nove centavos); (iv) Prefeitura Municipal de Piracaia/SP (Incentivo Econômico referente ao PSA aos produtores rurais), com repasse de R\$ 74.571,06 (setenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e seis centavos), e contrapartida de mesmo valor; (v) Prefeitura Municipal de Piracicaba/SP (projetos de restauração florestal), com repasse de R\$ 636.531,74 (seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos), sem contrapartida. Os recursos financeiros são oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União - Cobrança PCJ Federal, constantes do Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ 2017-2020), totalizando valores de repasse de R\$ 1.084.212,55 (um milhão, oitenta e quatro mil, duzentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos). Os valores de contrapartida totalizam R\$ 158.410,68 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e oito centavos). O valor global dos investimentos (valores de repasse somados os valores de contrapartida) totaliza R\$ 1.242.623,23 (um milhão, duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e três reais e vinte e três centavos). A Caixa Econômica Federal atuará como agente financeiro dos contratos, a Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ como agente técnico e a Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ como gestor destes. O Sr. Sidney José da Rosa, presidente do CBH-PJ1, questionou sobre o motivo de alguns contratos citados possuírem contrapartida e outros não. A Sr^a. Patrícia respondeu que os contratos cujos objetos correspondem ao Incentivo Econômico empregado para o pagamento dos produtores rurais (PSA) possuem a necessidade de contrapartida, em razão de regra dos Comitês PCJ que determina que, para tal finalidade, o município participante deverá aportar recursos financeiros pelo mesmo período solicitado para o financiamento com recursos dos Comitês PCJ, visando garantir a continuidade das ações. Caso um município opte por receber recursos financeiros dos Comitês PCJ durante um período de 2 (dois) anos, obrigatoriamente o município deverá prover recursos próprios para mais 2 (dois) anos de execução do Programa, totalizando 4 (quatro) anos; e) Na sequência, a Sr^a. Patrícia informou que a Fundação Agência das Bacias PCJ já está com o contrato elaborado e em vias de assinatura com a Concessionária de Rodovias Eixo SP, com sede administrativa localizada na SP-310 (Rodovia Washington Luís), em Itirapina/SP, referente à adoção de áreas para o cumprimento de compromisso de obrigação ambiental, via Banco de Áreas PCJ. Explicou que o Banco de Áreas PCJ é o cadastro, instituído no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ (Política de Mananciais PCJ), de áreas disponíveis em propriedades rurais das Bacias PCJ, destinadas para restauração ecológica. O cadastramento no Banco de Áreas PCJ é de caráter voluntário e pode ser realizado a qualquer momento pelo pretendente, que pode ser proprietário rural, Prefeitura ou outra instituição interessada. A área disponível, uma vez

cadastrada no Banco de Áreas PCJ, comporá um conjunto de áreas aptas a serem adotadas por interessados, como medida compensatória para o cumprimento de obrigação ambiental ou mesmo como ação voluntária de responsabilidade social. A área adotada tem 9 (nove) hectares, localiza-se na zona rural do município de Charqueada/SP, e a sua recuperação destina-se ao cumprimento de obrigação ambiental com cronograma de 3 (três) anos, correspondendo às etapas de implantação, execução e manutenção. O Sr. Sergio Razera, diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ enfatizou que a área de escolha, no município de Charqueada/SP, é a primeira a ser adotada do Banco de Áreas PCJ e que proporcionará a ampliação dos projetos de proteção, recuperação e conservação das nascentes e dos mananciais. O Sr. Luiz Roberto Moretti, secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, afirmou que a adoção de áreas para a realização de projetos ambientais voltados à conservação dos recursos hídricos, proporcionada pela Política de Mananciais dos Comitês PCJ, é um grande avanço, demonstrando o potencial de sinergia entre os Comitês PCJ, a Fundação Agência das Bacias PCJ, as prefeituras e a iniciativa privada. **2.3. dos Membros dos Plenários:** O Sr. Moretti abriu a palavra aos membros dos plenários para a apresentação de informes: **a)** o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) e representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), cumpriu o ato e informou que, durante o período hidrológico seco a CT-MH tem atuado, por meio do gerenciamento das descargas do Sistema Cantareira, para garantir o atendimento das demandas de qualidade e quantidade dos recursos hídricos a jusante dos reservatórios, buscando o equilíbrio entre a reservação para os próximos períodos e o atendimento às demandas das Bacias PCJ. Informou que ainda faltam 48 (quarenta e oito) dias de gestão do período hidrológico seco, que se encerra em 30/11/2020, e que, até o momento, foram realizadas um total de 50 (cinquenta) operações de alteração nas descargas dos reservatórios do Sistema Cantareira para atendimento das Bacias PCJ. O Sr. Alexandre destacou que estamos vivenciando em nossa região uma estiagem bastante severa, com chuvas abaixo da média em períodos que já são caracterizados por poucas chuvas, e que a pandemia de Covid-19 e o aumento médio das temperaturas para o período ocasionaram aumentos no consumo de água em torno de 10 (dez) a 15% (quinze por cento), registrados e divulgados por vários serviços de abastecimento de água. O Sr. Alexandre relatou, também, que nas Bacias PCJ, em decorrência da estiagem severa, vários municípios têm apresentado dificuldades em manter o abastecimento público, devido a aspectos qualitativos dos mananciais. O Sr. Alexandre explicou que, além dos investimentos em projetos no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais dos Comitês PCJ (Política de Mananciais PCJ), o controle das perdas na distribuição de água também é fundamental para garantir o abastecimento público atual e futuro. Ressaltou que os Comitês PCJ, por meio da CT-MH, estão aprovando, desde 07/10/2020 até o momento,

Ata da 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 13/10/2020

descargas referentes a vazões históricas para as Bacias PCJ. No momento, as descargas correspondem à manutenção da vazão a jusante dos reservatórios de Atibainha em 4,5 m³/s (quatro mil e quinhentos litros de água por segundo) e do reservatório Cachoeira em 5,5 m³/s (cinco mil e quinhentos litros de água por segundo), e ao aumento da descarga a jusante do reservatório Jaguari/Jacareí para 3,0 m³/s (três mil litros de água por segundo), totalizando 13m³/s (treze mil litros de água por segundo). Informou que já foram disponibilizados, entre o período de julho a outubro de 2020, aproximadamente 112 (cento e doze) bilhões de litros de água, correspondentes a 70% do volume garantido para o atendimento das Bacias PCJ no período hidrológico seco. O Sr. Alexandre enfatizou que, considerando a estiagem severa, estimativas de chuvas abaixo da média histórica para o período e a retomada de alguns setores da economia, a sociedade deve continuar adotando medidas de uso racional da água para evitar o agravamento de medidas mais restritivas ao consumo; **b)** o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, secretário-executivo do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que cumprimentou a todos e informou que o Consórcio PCJ está completando nesta data (13/10/2020) 31 (trinta e um) anos de existência. Informou que será realizada programação comemorativa, com transmissão ao vivo, a partir das 14:00 horas, pelo canal do Consórcio PCJ no *YouTube*, integrada por evento sobre o aniversário da entidade e pelo lançamento de maquete virtual de uso e ocupação do solo, a ser disponibilizada no sítio eletrônico do Consórcio PCJ. O Sr. Francisco informou que também está sendo comemorado, em Piracicaba/SP, nesta data (13/10/2020), o “Dia Regional de Proteção aos Mananciais”, instituído no município em 2000 pelo ex-prefeito Sr. Humberto de Campos. O Sr. Francisco parabenizou o trabalho realizado pelos Comitês PCJ, principalmente no âmbito da CT-MH, neste período de enfrentamento da baixa disponibilidade hídrica nas Bacias PCJ. Informou, também, que o Consórcio PCJ, desde 2018, pactua o programa “Superando a Estiagem”, que prevê medidas de contingenciamento do uso da água até o período de chuvas, no âmbito do Governo do Estado de São Paulo, juntamente com o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), em atenção à disponibilidade hídrica dos 44 (quarenta e quatro) municípios das Bacias PCJ que não são atendidos pelas descargas do Sistema Cantareira. O Sr. Francisco explicou que o Consórcio PCJ emitiu “Nota de Alerta Quanto à Disponibilidade Hídrica na Estiagem 2020”, cujo objetivo é conscientizar sobre o uso racional e sustentável da água, minimizando desperdícios durante o período de estiagem severa que estamos enfrentando, destacando que a participação da sociedade é de fundamental importância para evitar o agravamento de medidas mais restritivas ao consumo. Informou, também, que o Consórcio PCJ enviou nesta semana, aos municípios associados, orientações para o enfrentamento da estiagem e sugestões de ações de contingenciamento, divididas em três graus de criticidade, sendo: baixa dificuldade no atendimento de água ou fase

verde; média dificuldade no atendimento de água ou fase amarela e alta dificuldade no atendimento de água ou fase vermelha. Em cada uma das fases, são recomendadas medidas para amenizar os impactos à população e evitar uma possível interrupção do abastecimento. O Sr. Moretti parabenizou a atuação do Consórcio PCJ, principalmente nesse momento de criticidade em decorrência da estiagem severa nas Bacias PCJ; **c)** na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Petrus Bartholomeus Weel, representante da Prefeitura Municipal de Holambra/SP, que parabenizou a atuação do Consórcio PCJ e sugeriu a possibilidade de criar o “Banco de Saneamento Rural PCJ”, semelhante ao Banco de Áreas PCJ, já instituído no âmbito da Política de Mananciais PCJ, porém com o objetivo de promover ações de melhorias no saneamento rural das Bacias PCJ; **d)** o Sr. Michele Consolmagno, representante do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) DR Bragança Paulista, parabenizou aos Comitês PCJ e ao Consórcio PCJ pela atuação, e a este, especialmente, pelos 31 (trinta e um) anos de existência; **e)** na sequência, o Sr. Moretti passou a palavra para o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal “Navarro de Andrade” (AAMHOR), que informou que o município de Rio Claro/SP vem apresentando problemas no sistema de captação de água no Ribeirão Claro. Informou, também, que participou de reunião realizada com a presença da Concessionária de Rodovias Eixo SP, enfatizando a importância de atuação na recuperação de Áreas de Preservação Ambiental (APAs), e que a empresa também vai atuar nos casos de atropelamento de fauna silvestre em suas áreas de atuação; **f)** por último, o Sr. Moretti informou que pretende realizar reunião, em 14/10/2020, com as coordenações das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ para discussão de minuta de deliberação que trata da criação”, no âmbito da CT-PL, do grupo de trabalho (GT) denominado “GT-Integração, com o objetivo de integrar ações das Câmaras Técnicas, sendo que a proposta deverá ser apreciada na 54ª Reunião Extraordinária da CT-PL, em 22/10/2020, por videoconferência. **3. Assuntos a deliberar. 3.1. Apreciação de minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 337/2020, de 13/10/2020, que “elege e empossa novo 1º vice-presidente do PCJ FEDERAL”.** O Sr. Moretti lembrou a todos que, quando da retirada da indicação do Sr. José Maria do Couto pelo Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva (SINMEC), em 19/06/2020, que até então exercia a função de Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, houve a necessidade de se realizar eleição para este cargo, conforme determina o Regimento Interno do PCJ FEDERAL, tendo em vista ter ocorrido vacância em cargo da diretoria. Nesse sentido, foi aprovada a Deliberação dos Comitês PCJ nº 336/2020, de 31/08/2020, que elegeu e empossou o Sr. Damião Aparecido do Couto, representante da Prefeitura Municipal de Toledo/MG e presidente em exercício do CBH-PJ1, como novo 1º vice-presidente do PCJ FEDERAL. Contudo, em 30/09/2020, foi concluído o processo eleitoral da diretoria do CBH-PJ1, tendo tomado posse, para mandato de dois anos, o Sr. Sidney José da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 21ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 13/10/2020

505 Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS), como presidente; Sr^a. Laene Fonseca Vilas Boas, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), como vice-presidente; Sr. Damião Aparecido do Couto, representante da Prefeitura Municipal de Toledo, como secretário-executivo; e o Sr. Jefferson Benedito Rennó, representante da Prefeitura Municipal de Sapucaí-
510 Mirim, como secretário-executivo adjunto. O Sr. Moretti explicou que, segundo a Deliberação dos Comitês PCJ nº 109/11, de 31/03/2011, as funções de presidente do CBH-PJ1 e de 1º vice-presidente do PCJ FEDERAL serão exercidas pela mesma pessoa. Assim, considerando o
515 resultado da eleição para a diretoria do CBH-PJ1, em que o cargo de presidente passou a ser exercido pelo Sr. Sidney José da Rosa, faz-se necessária a realização de eleição, no

âmbito do PCJ FEDERAL, em atendimento ao Art. 15 do seu Regimento Interno, para a definição do ocupante do cargo de 1º vice-presidente. Na sequência, o Sr. Moretti abriu espaço para manifestações sobre o assunto. Não havendo manifestações, submeteu a votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 337/2020, de 13/10/2020, que elege e empossa, para a função de 1º Vice-presidente da Diretoria do PCJ FEDERAL, o Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS) no Plenário do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, para o mandato compreendido entre esta data e a próxima eleição, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. **4. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Moretti reiterou o agradecimento a todos os participantes e, com autorização dos presidentes, deu a reunião por encerrada.

MARCO ANTONIO DOS SANTOS
Presidente em exercício
do CBH-PCJ

SIDNEY JOSÉ DA ROSA
Presidente do CBH-PJ1 e Presidente
em exercício do PCJ FEDERAL

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO
Secretário-executivo do CBH-PJ1